

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1310/07	DATA: 23/08/2007
INÍCIO: 10h29min	TÉRMINO: 11h54min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h26min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO SOARES – Presidente da Fundação Rio Parnaíba (FURPA-PI).
SÉRGIO TAVARES – Pesquisador da Universidade Rural de Pernambuco.
MOACIR DA ROCHA – Prefeito do Município de Gurguéia, Estado do Piauí.
PAULO DE TARSO CARALO – Representante da CONTAG.
ANTÔNIO RIBEIRO NETO – Presidente da Federação de Defesa Ecológica do Cerrado.
JOÃO BATISTA FERNANDES – Presidente da JB Carbon S/A.
WIGOLD B. SHAFFER – Coordenador do Núcleo Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente.
ANTÔNIO CARLOS HUMMEL – Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA.

SUMÁRIO: Debate sobre concessão do licenciamento do projeto de desmatamento na Serra Vermelha, Piauí, para a produção de carvão.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) - Vamos dar início à reunião ordinária de audiência pública sobre a concessão do licenciamento do projeto de desmatamento na Serra Vermelha, Piauí, para a produção de carvão.

Esta audiência pública foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a partir de Requerimentos nºs 5, 28, 73 e 84, de 2007, apresentados pelos Deputados Fernando Gabeira, Reinaldo Nogueira, Ricardo Tripoli e Sarney Filho.

Tenho a satisfação de chamar para assentarem-se à Mesa os participantes desta audiência pública: Sr. Antônio Carlos Hummel, Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade de Florestas, do IBAMA; Sr. Wigold B. Shafffer, Coordenador do Núcleo Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Francisco Soares, Presidente da Fundação Rio Parnaíba; Sr. João Batista Fernandes, Presidente da JB Carbon S/A; Sr. Sérgio Tavares, Professor aposentado da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Sr. Paulo de Tarso Caralo, Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

Esta audiência já deveria ter sido realizada há alguns meses. Por dificuldade de organização da agenda desta Comissão, foi adiada até o presente momento.

Esta é uma audiência que visa a esclarecer um fato importante. Pedimos a todos os expositores bastante objetividade nas suas exposições. A audiência pública não tem caráter deliberativo, serve para orientar a Comissão nas medidas que poderão ser futuramente tomadas com relação a qualquer aspecto. Portanto, peço que cada um leve isso em conta quando fizer sua exposição.

São muitos os expositores. E, conversando com os propositores desta audiência pública, achamos por bem definir um tempo inicial de 10 minutos para que cada um possa fazer a sua exposição, sem prejuízo posterior. Portanto, quando se iniciarem os debates de esclarecimentos que forem julgados necessários pelo requerente, pelos Deputados presentes, observem o tempo para que toda a matéria seja devidamente esclarecida.

A ordem de exposição será a seguinte: o primeiro a se manifestar será o Sr. Francisco Soares, Presidente da Fundação Rio Parnaíba; segundo, o Prof. Sérgio Tavares; terceiro, o Sr. Paulo de Tarso Caralo, da CONTAG; quarto, o Sr. João Batista Fernandes, da JB Carbon, e o quinto, o Sr. Wigold B. Shaffer, Coordenador do Núcleo Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente, e o sexto, o Sr. Antonio

Carlos Hummel, Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA.

Declaro aberta a reunião. Solicito presidi-la, em homenagem ao trabalho que tem realizado na Comissão e por se ter tornado um ícone na questão ambiental deste País, o Deputado Fernando Gabeira.

Desejo a todos exposições tranqüilas, profícuas, objetivas, que possam orientar bem a nossa Comissão na tomada de decisões.

Deputado Fernando Gabeira, obrigado e desejo-lhe um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Com a palavra, por 10 minutos, o Sr. Francisco Soares, Presidente da Fundação Rio Parnaíba.

O SR. FRANCISCO SOARES - Antes de tudo, gostaria de cumprimentar todos desta Comissão, especialmente os Deputados Fernando Gabeira, Reinaldo Nogueira, Ricardo Tripoli e Sarney Filho, autores deste requerimento.

No meu entendimento, o Brasil todo acompanhou, por meio do *Globo Repórter*, aquele que foi e é considerado o maior desmatamento do Nordeste: o chamado Projeto Energia Verde, que está sendo executado — no momento, parado por determinação do Ministério e do IBAMA — na Serra Vermelha, no sul do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Peço um pouco de paciência, porque não havia microfone equipado. Não precisa se preocupar, porque eu mesmo vou providenciar. *(Pausa.)*

V.S^a. me desculpe, mas o microfone vai demorar uns 5 minutos para chegar. Aqui, as coisas são um pouco lentas. Então, farei o seguinte: passarei a palavra ao Prof. Sérgio Tavares, que possivelmente poderia falar sentado do local onde está. V.S^a. pode falar sentado ou também gostaria de usar o microfone?

O SR. PROF. SÉRGIO TAVARES - Eu vou usar o retroprojetor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Ah, o senhor vai projetar também? Ah, perfeito. Então, estamos na mesma situação. Vamos esperar. Não há outra saída. *(Pausa.)*

Professor, o problema é o seguinte: nós vamos ter de avançar um pouco. Faça-lhe proposta: ao invés de falar aqui, o senhor senta ali, usa aquele microfone e acompanha o telão.

O SR. FRANCISCO SOARES - Então, eu gostaria de começar mostrando que a Serra Vermelha, uma área no sul do Piauí, na divisa com o Estado da Bahia, com área correspondente a 300 mil hectares, onde há o Projeto Energia Verde, de

conhecimento público, para desmatamento da Serra Vermelha para produção de carvão vegetal. Pode passar.

O Projeto Energia Verde, do Grupo JB, está autorizado pelo IBAMA a desmatar até 78 mil hectares no bioma da caatinga, do cerrado e em Mata Atlântica, na Serra Vermelha, no sul do Piauí, para produção de carvão vegetal que será vendido às siderúrgicas brasileiras, inclusive com isenção de impostos, com base no Decreto nº 12.409, de 31 de outubro de 2006, do Governador do Estado. Acredito que S.Exa. tenha pensado que esse grande projeto traria desenvolvimento e deu isenção de impostos por 12 anos para exportar e comercializar no Brasil. Pode continuar.

A beleza da Serra Vermelha já foi vista, pois essa região constava do 2º relatório nacional sobre as 900 áreas prioritárias de proteção da biodiversidade brasileira, prevista para ser uma unidade de conservação. Só que, talvez por omissão dos técnicos do IBAMA, esqueceram dois biomas importantes, apresentando somente caatinga e caatinga arbórea; esqueceram de inserir cerrado — o que já foi motivo de protesto por parte do doutor em cerrado da Universidade Federal do Piauí — e Mata Atlântica, com base no Decreto nº 750/93 e na Lei nº 11.428, de 22 de dezembro. Pode passar.

Os prejuízos ambientais que esse projeto trará à biodiversidade da região Nordeste é incalculável; são quase 80 mil hectares. Imaginem que o próprio informe publicitário da empresa noticiava que esse projeto, como manejo florestal, seria o maior plano de manejo do Nordeste, com potencial para ser o maior do Brasil e, em biomassa, o maior do mundo. Imaginem a grandeza desse empreendimento. Os prejuízos são incalculáveis. Pode passar.

As áreas prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira nas 900 áreas, segundo o relatório, foram aquelas que citei: caatinga, cerrado e Mata Atlântica. Hoje, essa área foi ampliada pela Ministra Marina Silva, bastante preocupada com as unidades de conservação, para 2.600 áreas, mantendo, inclusive, as áreas que estavam no segundo relatório. Pode passar.

Na Serra Vermelha encontram-se os biomas caatinga, cerrado e Mata Atlântica. A resolução do CONAMA, de 26 de dezembro de 1996, no seu art. 1º, classificou-a — o que foi referendada pelo CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007 — como área da Mata Atlântica brasileira. Na Lei nº 11.428 e no Decreto nº 750, é possível perceber a grandeza da beleza da floresta. Tudo já estava

classificado como Mata Atlântica. Lamentavelmente, o Plano de Manejo Florestal do IBAMA liberado omitiu a Mata Atlântica e o cerrado e, com isso, a riqueza da biodiversidade. Pode passar.

Não se trata de plano de manejo. Qualquer cidadão de conhecimento elementar sabe que um Plano de Manejo Florestal sustentável jamais permitirá corte raso na floresta, de 2 a 3 centímetros, em até 100% do talhão para a exploração de grandes áreas. O IBAMA autorizou o desmatamento de 78 mil hectares de floresta nativa na Serra Vermelha, dividida em 13 lotes, em torno de 6 mil hectares por lote.

Se fosse na Amazônia, poderiam dizer que há uma grande capacidade de regeneração; imaginem no semi-árido nordestino, uma floresta de quase 80 mil hectares se transformar em carvão numa área onde a floresta é fundamental para a proteção dos mananciais, dos recursos hídricos, dos aquíferos e dos lençóis freáticos. E mais, a parte de cima dessa serra, próxima à área, alimenta o Riacho do Rangel, chamado Rio Rangel, e o importante Rio Gurguéia, da Bacia do Parnaíba.

(Segue-se exibição de imagem)

No Plano de Manejo Florestal Central a exploração terá de ser de forma seletiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - E a Socorro? A Serra está no Gurguéia?

O SR. FRANCISCO SOARES - Tudo é na Serra do Vermelha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - A Serra está no Gurguéia?

O SR. FRANCISCO SOARES - Está na região do Gurguéia.

No Plano de Manejo Florestal Central, a exploração terá de ser forma seletiva. Jamais será permitido o corte de 100% da produção vegetal. Será preservado o maior número de plantas frutíferas e medicinais e com proteção da fauna, do solo, dos recursos hídricos e da própria biodiversidade da região.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aí está. Realmente, já existem 300 fornos, aproximando-se do número de 360 fornos. A proposta do projeto — imaginem todos — é construir um desfiladeiro de 3.600 fornos para a produção de carvão vegetal. Todos sabem que a indústria carvoeira do País, no momento em que o aquecimento global é o grande problema do planeta, está contribuindo satisfatoriamente para o aquecimento global do Planeta. Existem atualmente lá 360 fornos. Imaginem o farão com 3.600 fornos.

Sabe-se que a exploração de carvão no Brasil ainda é artesanal. Apenas 30% a 40% da madeira que vai para os fornos se transformam em carvão, o resto é cinza e CO², que aumentarão o buraco da camada de ozônio. Esta é a grande contribuição do projeto.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Resolução nº 26, de 7 de dezembro de 1994, e a Resolução nº 388, do CONAMA, de 23 de fevereiro de 2007, ratificam a presença do bioma Mata Atlântica na Serra Vermelha, no Piauí, pela riqueza da biodiversidade. Entre as espécies florestais, salientam-se a barriguda, símbolo da nossa luta, o pequi ou pequizeiro; o pau-d'arco e outras que são próprias e estão contidas na Resolução nº 026, do CONAMA, como espécie da Mata Atlântica brasileira.

O Governo de Estado, por meio do então Governador, em 1988, por meio do Decreto nº 7.357, reconhecia a grande ocorrência de aroeiras e proibia seu corte e sua comercialização. Assim, era reconhecida a presença da espécie referida em 1988, à época da promulgação da nova Constituição Brasileira.

(Segue-se exibição de imagens.)

Espécies e Restinga.

O Decreto nº 650, como disse, e a Lei nº 11.428 consideraram Mata Atlântica, trechos além das florestas litorânea. Muitas pessoas podem dizer que lá não há Mata Atlântica, entendendo que Mata Atlântica seria apenas a floresta litorânea na zona costeira ao Oceano Atlântico. Devo então dizer a quem não leu o Decreto 750/93 nem acompanhou a Lei nº 11.428, que ratificou os termos do decreto citado que Mata Atlântica é considerada, além das Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, bem como manguezais, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

Essas regiões foram incluídas pela Resolução nº 026, de 1994, no Bioma Mata Atlântica. E isso não aconteceu apenas no Ceará, aconteceu também em outros Estados. A Mata Atlântica ampliou-se além da zona litorânea. Além da altitude da Serra Vermelha, que é algo em torno de 600 metros a 700 metros, considera-se o clima ameno que faz com que a sua vegetação seja verdejante todas as épocas do ano.

(Segue-se exibição de imagens.)

A imagem mostra algumas espécies que foram até mostradas no programa *Globo Repórter*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aí, vê-se a beleza a mais da região da Serra Vermelha. Está havendo votação no Piauí para escolher as 7 Maravilhas do Estado. E para a alegria dos piauienses e dos brasileiros, a Serra Vermelha está sendo cotada para ser incluída entre as 7 Maravilhas do Estado do Piauí.

Imaginem todos uma maravilha dessas transformada em carvão vegetal para alimentar a siderúrgica brasileira e internacional. Seria o carvão mais caro do Planeta; seria isso a destruição da mais rica biodiversidade ainda existente no Nordeste.

Abordei todos esses temas para dizer a todos que quando o IBAMA do Piauí fez o licenciamento, esqueceu-se de que existia a moção do CONAMA para transformar em Parque Nacional da Serra Vermelha a linda área que lhes mostrei há pouco.

Nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2006, o CONAMA acatou uma moção no plenário e no dia 12 de março aprovou, por unanimidade, considerando que já constava no Segundo Relatório, entre as 900 áreas prioritárias para conservação, a transformação da área no Parque Nacional da Serra Vermelha.

Foi isso o que ocorreu. Contudo, é preciso dizer e ratificar que a Ministra Marina Silva tem sido fiel interessada no assunto e defensora da nossa biodiversidade. S.Exa. está realmente voltada para que aquela área se transforme mesmo no Parque Nacional da Serra Vermelha e que aquela riqueza e biodiversidade do sul do Piauí seja dos brasileiros, considerando-se que ela se transformará em patrimônio nacional, com certeza. Assim sendo, não pertence mais ao Estado do Piauí; pertence, sim, ao País, à comunidade científica e acadêmica. Lá existem muitas espécies e a própria USP e outras universidades de São Paulo estão interessadas em que a Serra Vermelha se torne um grande laboratório para pesquisa da biodiversidade brasileira naquela região do Nordeste.

Por esta razão, foi dito que projeto não era apenas um plano de manejo, mas, sim, um plano de desmatamento disfarçado de planejamento florestal.

Nesse sentido, solicito aos Parlamentares presentes que comecem a pensar em regulamentar planos de manejo florestal para o País. Vale lembrar que na

maioria dos Estados, em determinados locais, os Planos de Manejo Florestal estão-se transformando em desmatamento oficial.

Precisamos definir que o plano de manejo em determinadas regiões do País, em determinado bioma, tenha o seu limite. Imaginem todos quase 80.000 hectares num Plano de Manejo Florestal. Isso seria quase a destruição de uma floresta da maior importância para o nosso País e para a nossa Região. E mais, se a Serra Vermelha for transformada em parque nacional, gerará riquezas. Vale lembrar que o próprio Instituto Chico Mendes, recém-criado, teria a grande missão de cuidar e fazer com que aquela região, aquela biodiversidade, gere riquezas. Aquela área está próxima a 2 grandes Unidades de Conservação do Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra das Confusões e o Parque da Serra da Capivara, que fazem parte desse pólo da riqueza e da biodiversidade.

E mais, já existe ao lado aquela região uma APA estadual de proteção do Riacho do Rangel e da beleza ambiental. Há lá pinturas rupestres fazendo parte daquele acervo cultural.

Srs. Parlamentares, a preocupação dos ambientalistas do País — da Mata Atlântica, do Cerrado e da Caatinga — é a de que essa floresta não seja transformada em carvão. Por isso, solicitam à Câmara dos Deputados, depois desta audiência pública, atue junto à Ministra Marina Silva, fortalecendo a luta de S.Exa., dizendo-lhe que continua merecendo a confiança e apoio das ONGs brasileiras, porque sabem do seu compromisso de proteger a biodiversidade brasileira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Prof. Sérgio Tavares, da Universidade Federal de Pernambuco. S.Sa. disporá de 10 minutos para sua exposição.

O SR. SÉRGIO TAVARES - Bom-dia, excelentíssimos Srs. Parlamentares, senhoras e senhores.

Basear-me-ei em experiência de 52 anos de pesquisa na Mata Atlântica do Nordeste do Brasil, pois dediquei toda a minha vida profissional ao estudo das madeiras e das matas do Nordeste, sou Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco e ministrei aulas no Curso de Engenharia Florestal da Universidade Rural, em razão do convênio entre as duas universidades — daí o equívoco de me apresentarem como membro da Universidade Rural. As 2

universidades têm um convênio e trabalhamos juntos. Pretendo fazer algumas observações sobre o tema: *Manejo Sustentado: desmatamento ou preservação*.

Nesta explanação, apresentarei meus pontos de vista pessoais com a humildade necessária.

Passo a apresentar algumas imagens:

(Segue-se exibição de imagens.)

Atitudes em relação às matas. A primeira atitude em relação às matas, infelizmente sempre a adotada no País até bem recentemente é a extração dos produtos florestais: produtos madeireiros e produtos não-madeireiros, de uma maneira não sustentável, ou seja, posteriormente não haverá continuidade dessa exploração, porque ela resultou na degradação da mata.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa outra atitude é essencial para a criação de espaço para o agronegócio, para se implantarem indústrias e infra-estrutura — refiro-me ao País de um modo geral em relação às florestas —, para lavouras e pecuária de pequeno vulto, necessidade essencial a assentamento de pequenos agricultores e para a criação de zonas residenciais. Tudo isso resulta em se eliminar a mata naquela área, mas foi algo que o País precisou fazer. Só que, para que se faça isso, a legislação exige estudos de impacto ambiental, e como todos aqui presentes sabem, medidas mitigadoras desses impactos e compensações ao meio ambiente. No entanto, é essencial que o Estado do Piauí, por exemplo, tenha áreas de lavoura, como tem, que num passado não muito remoto eram cobertas por uma vegetação com grande interesse de preservação. Contudo, com tal procedimento, não se desenvolvem a agricultura nem a pecuária nem se fazem núcleos residenciais, estradas, infra-estrutura, nem o agronegócio, hoje tão importante para o Estado do Piauí.

(Segue-se exibição de imagens.)

A terceira atitude é esta que ocupará maior tempo e que requer mais atenção: o uso sustentável com perpetuação da mata. É possível se retirar produtos florestais, é possível se gerenciar ou manejar uma floresta retirando-se produtos madeireiros e não-madeireiros e a floresta não ser eliminada? É possível que se faça um gerenciamento ou manejo da mata, sem que isso resulte na eliminação da mata? Vamos falar sobre isso um pouco mais adiante.

A quarta atitude, também importantíssima, é a preservação integral daquela área, o exemplo dos parques naturais. Felizmente, o Estado do Piauí é rico em áreas desse tipo, preservadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Manejo florestal: perdoem-me, mas houve uma transposição. Então, volte. Faltou um. Falaremos agora do manejo florestal. A palavra manejo quer dizer gerenciamento, portanto, neste caso, tratamos de gerenciamento florestal. Esse manejo poderia ser feito de 2 maneiras: manejo sustentado ou manejo não sustentado. Perdoem-me o aspecto um pouco professoral, didático, com toda a humildade, mas o uso do cachimbo entorta a boca, e eu tenho 52 anos de Magistério. O manejo sustentado garantirá a perpetuação da floresta. Será que é possível? O manejo não sustentado, já se falou, resulta na degradação da floresta. Ou seja, esse é um desmatamento. O que é desmatamento? Corte da árvore, retirando-se todo o produto madeireiro ali existente, encoivarando-se aquilo que não tiver valor econômico e queima-se. Esse fogo é que destrói. O nome disso é desmatamento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Algumas palavras sobre o Projeto Energia Verde. Representantes do projeto me consultaram em 2005 e me pediram que fosse até lá, no local. Eu tinha uma curiosidade enorme por causa da leitura dos trabalhos de Phillip von Luetzelburg, o Estudo Botânico do Nordeste, e queria saber qual era aquela vegetação, como pesquisador. Mas o projeto queria saber se era ou não Mata Atlântica. Se o fosse, não se poderia apresentar o projeto.

Fui até lá e sobrevoei o local com bastante, digamos assim, afoiteza, de mandar abaixar o avião para ver se era cerrado em cima da chapada, do Chapadão do Gurguéia.

Por favor, “serra” não é chapadão, serra é inclinada, tem encostas. Por isso, se aplicam todas essas resoluções que foram agora mesmo citadas. As encostas da serra e a vegetação que ali está é enclave florestal do Nordeste. Mas o Chapadão é absolutamente plano; são mais de 300 mil hectares, incluindo a área do Projeto Energia Verde e a área próxima, em cima de uma Chapada. Só que, na terminologia popular, essas chapadas são chamadas de serra: Serra do Araripe, Serra Vermelha — há mais de uma Serra Vermelha no Piauí.

Serra tem uma declividade, e a vegetação nessas declividades é diferente da vegetação da parte plana, que é a parte do Chapadão, onde desci do avião, num campo de pouso construído recentemente, e pude verificar, num outro campo próximo que havia sido construído, a regeneração que já havia. E, ao sobrevoar o local, perguntei-me: será que há moitas e clareiras, como é característica dos cerrados? Escutei dizerem que naquela área havia caatinga, cerrado e Mata Atlântica. Fui, então procurar o cerrado, pois, como pesquisador, sou muito interessado nas suas plantas. Herborizei mais de 4.600 plantas. Herbarizar é coletar folhas, flores, etc. O herbário que leva meu nome tem 4.600 números, com 35 novas espécies descritas para a ciência. Eu estava muito interessado em encontrar um cerrado em cima do Chapadão do Gurguéia; não há cerrado. Ao sobrevoar, e depois descendo e andando de carro e a pé, não encontrei moitas e clareiras.

Mas, como foi mostrado também, descendo a chapada, encontram-se cerrados verdadeiros, nas imediações, mas não dentro da área do projeto.

Examinei isso tudo e procurei ver quais as árvores existentes na área. Havia sido feito recentemente um inventário florestal. Retornei ao local para ver, na área do inventário, onde se mede a quantidade de madeira encontrada em cada parcela de amostragem, de uma em uma, quais eram as espécies. E comparei isso com um estudo que fiz recentemente na Usina São José, na Mata Atlântica, em Pernambuco, onde 232 espécies da Mata Atlântica foram identificadas por nós. Lá não há essas espécies. Então, a aroeira e a barriguda não existem na área do projeto.

O curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Piauí nos deu a honra de nos acompanhar na área. Primeiramente, detectou-se que todos os tocos brotados rebrotam. A mídia disse que não existe isso, mas existe. Estão todos rebrotados, e essa rebrotação será uma nova árvore, sem prejuízo da germinação das sementes já existentes.

Portanto, aquele trecho de 6 mil hectares de corte anual, que, comparando a 78 mil, está dentro do erro que se comete quando medidas essas áreas. É um trecho não tão grande como se pensa; é tudo relativo. Esse trecho de corte anual será repetido todos os anos, e esses cortes não se fazem em corte raso.

Ali está o plano de corte anual do projeto, onde há 13 áreas que estão em cores. Essas áreas que não estão em cores é a Reserva Legal, com 35 mil hectares. A Reserva legal não será tocada, é claro.

E o importante: as pessoas muitas vezes criticam o IBAMA, porque ele não tem pessoal para cuidar dessas reservas, dessas áreas. O efetivo de pessoal não é suficiente. Que tal chamar empresas e dar a elas a responsabilidade de colocar pessoal para cuidar dessas áreas? A empresa que executar esse projeto será obrigada a defender 35 mil hectares da reserva legal, mais 1.900 de área de preservação permanente que estão nos bordos da Chapada.

Às vezes, vemos imagens fora da área do projeto, lá em baixo da chapada, como por exemplo uma lagoa apelidada de Pantanal — lá em cima não há lagoa nem pantanal. Daí a minha decepção, porque eu acreditava muito nas notícias da televisão e, quando fui procurar esse pantanal, não o achei. Encontrei, fora da área do projeto, fora do Chapadão do Gurguéia, uma lagoa, por sinal pequena, num município próximo.

Sras. e Srs. Deputados, é importante que obtenhamos exatamente a verdade. Fui entrevistado pela revista *Consciência Ambiental*, que faz aquela reportagem *Que Ave é essa?*, e tive ocasião de responder a verdade sobre a Serra Vermelha. Primeiro, que não é serra, é uma chapada. Então já os enclaves florestais do Nordeste, da legislação, já não se aplicam. Em segundo lugar, descii e andei a pé por dentro dessa magnífica vegetação, muito bonita, pois é caatinga arbórea, uma coisa linda, e não encontrei as espécies da Mata Atlântica. Não é da minha vontade dizer quais são as espécies. Estão publicadas as espécies da Mata Atlântica no País todo; é só as pessoas conhecerem realmente as árvores e não darem o nome de uma à outra. Então, não encontrei as espécies da Mata Atlântica.

Debaixo das árvores da Mata Atlântica, há sombra. Foi dito que a floresta é Ombrófila, palavra que vem de umidade. Há ervas típicas, como caetés e paqueviras — utilizamos algumas na ornamentação de nossos jardins —, da Mata Atlântica no País todo. Não há outra da mesma família botânica. Não existem zingiberáceas nem musáceas. Eu me alongaria, o que não é permitido, para entrar em detalhes, mas o que quero dizer, em resumo, é que essa vegetação que está lá é uma caatinga arbórea.

Que tal perpetuar essa caatinga arbórea por meio de um manejo sustentado? O que é um manejo sustentado? É desmatamento? Não. É um corte em rotação, parcelado. Não haverá um segundo corte no mesmo lugar? Claro que sim, 13 anos depois. Não interessaria fazer um projeto que não possuísse viabilidade econômica.

Ele só tem viabilidade econômica se perpetuar aquela exploração, no bom sentido da palavra, quer dizer, com rentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Professor, para concluir.

O SR. SÉRGIO TAVARES - Peço desculpas por um pequeno transtorno que tive na projeção, mas foi somente para mostrar essa fisionomia, árvores que não são cortadas na previsão do corte anual, porque possuem ninhos de pássaros, porque são espécies mais raras, conforme o inventário florestal. São entre 60 e 70 as árvores não cortadas por hectares, que garantem a produção de sementes — árvores porta-sementes.

Venho trabalhando com manejo florestal há muitos anos, e na minha opinião, esse projeto é de manejo florestal sustentado, ou seja, de exploração de caráter permanente, de um trecho de caatinga arbórea. Não é um projeto de desmatamento, como vem sendo apelidado. Perdoem-me a franqueza, mas não se trata de um projeto de desmatamento, porque desmatar é cortar e colocar fogo. E não fica nada no lugar. Todos esses tocos — estamos vendo a rebrotação dos tocos — com 1 ano, já estão da altura de uma pessoa.

Esses tocos todos foram vistoriados pelo Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Piauí, e tive a honra de acompanhá-los. Em princípio, acreditava-se que eles não rebrotam. Está aí a rebrotação. Portanto, com relação a essa renovação, a esse segundo corte, empresa alguma terá interesse em apresentar um projeto com poucos anos de vida. A viabilidade econômica do projeto se dá em função desses cortes subsequentes.

Perdoe-me, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Muito obrigado, Professor Sérgio Tavares.

Passo a palavra, por 5 minutos, porque estamos com o tempo muito comprimido, ao Prefeito do Município de Redenção do Gurguéia, o Sr. Moacir Rocha, que está representando os Prefeitos do sul do Estado do Piauí.

O SR. MOACIR ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da FURPA, Sr. Presidente da Empresa J.B. Carbon, Sr. Presidente do IBAMA, Sr. representante do IBAMA, senhoras e senhores, preliminarmente gostaria de dizer que sou Prefeito de Redenção do Gurguéia, cidade que detém 40% da área do projeto.

Esse projeto veio ao encontro das ansiedades do povo do meu Município, porque trouxe desenvolvimento sustentado, progresso, melhorou o comércio, conseguiu levar pessoas para orientar o povo da nossa região sobre como atuar na natureza e como participar do processo. Foram dias de felicidades para todo o povo os da implantação do projeto.

Sou Prefeito em região pobre, o sul do Piauí. De todos os cidadãos que entram no meu gabinete, dez deles vão pedir emprego ou esmola.

No momento em que o projeto começou a ser desenvolvido, senti que o Estado do Piauí estava dando passo à frente e o meu Município acompanhando. Os impostos melhoraram e benefícios vieram. Contudo, lamento que pessoas de outras regiões, que nem conhecem a nossa, que consegue construir uma lagoa em cima de um chapadão para desvirtuar a imagem do projeto, é indigno de ser piauiense.

Conforme disse o Prof. Sérgio Tavares, existem nas encostas algumas árvores que podem ser consideradas de Mata Atlântica. Contudo, em cima do chapadão nenhuma árvore daquelas tem as características. Pude comprovar isso pessoalmente, porque sou nativo daquela região, conheço as árvores existentes lá e visitei o projeto antes, durante e depois, porque tenho responsabilidade perante o povo do meu Município. O que observei é que aquelas árvores refloresceram, ou seja, cresceram novamente, à exceção daquelas que já estavam mortas.

Não sou professor de botânica. Sou advogado e Prefeito. Conheço o sofrimento do povo de Redenção do Gurguéia, que quer crescer e participar do desenvolvimento. Por isso, não podemos aceitar a interferência de alienígenas em nossa região, que pretendem que Redenção do Gurguéia se transforme em parque para criar calangos e o resultado do desenvolvimento ser passado a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Quero que o Município de Redenção do Gurguéia participe do processo do desenvolvimento sustentado.

O caminho do Brasil é retirar a máscara e enfrentar a realidade, criando projetos responsáveis que tragam desenvolvimento e possam preservar a natureza. Nesse sentido, o projeto de J.B. Carbon veio ao encontro dos anseios da sociedade do meu Município.

O Professor não conhece nossa região. Por isso, não está preparado para prestar informações sobre a Serra Vermelha como eu conheço. Conheci a região andando à pé, a cavalo, de carro e de avião. Moro na região e conheço o Projeto J.B. Carbon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Por favor, conclua seu pronunciamento. V.Sa. já utilizou os 5 minutos do seu tempo.

O SR. MOACIR DA ROCHA - Só para concluir, Sr. Presidente.

Tive oportunidade de ver algo há pouco. Quem sobrevoar a região, sentirá que aquela floresta que dizem ser Mata Atlântica está sendo destruída. Os fogos de caçadores e de pessoas irresponsáveis estão destruindo a floresta. Quando J.B. Carbon esteve lá, junto comigo, formamos brigada para apagar incêndios. Hoje, não existe mais isso em cima da Serra Vermelha, que está-se transformando em carvão às margens do Rio Gurguéia. O professor deveria se preocupar com as margens do Rio Parnaíba, o “Velho Monge”, com sua barba longa, como foi chamado pelo professor e escritor piauiense. Essa barba não existe mais, porque as margens daquele rio estão desmatadas e nada se faz em prol daquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Faço apelo para V.Exa. para que concluir seu pensamento, porque realmente estamos passando do tempo.

O SR. MOACIR DA ROCHA - Gostaria que a FURP se preocupasse, primeiro, com as nascentes dos rios, com as margens do Rio Gurguéia do Parnaíba e, segundo, com a Serra Vermelha, mas que a visite e conheça o projeto, antes de emitir parecer e diga a importância dele para o meu Município. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Muito obrigado a V.Exa. por sua contribuição.

Passo a palavra ao representante da CONTAG, Sr. Paulo de Tarso Caralo.

O SR. PAULO DE TARSO CARALO - Bom dia, Srs. Deputados membros desta Comissão de Meio Ambiente, senhoras e senhores. Todo projeto de criação de unidade permanente nos preocupa muito; e todo projeto que discute a questão de uso sustentável nos preocupa mais ainda. Principalmente agora, a partir da publicação do anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento — PAC, estamos preocupados com o surgimento de empresas e com o fomento da expansão do agronegócio no campo brasileiro. Cito como exemplo o etanol. Mas há outros.

A utilização dessa área para o chamado carvão verde nos preocupa muito porque temos experiências em outras áreas no Brasil — sou do Espírito Santo e conheço bem a ação de algumas empresas que tiraram a mata nativa e plantaram eucalipto. Preocupa-nos muito não só a devastação do meio ambiente, que, pelo que conhecemos, não se recupera, mas também o ser humano.

Nossa preocupação com um projeto como esse é pelo que vem acontecendo. Começamos a pensar só no crescimento econômico. Podemos chegar ao *status* de Estados Unidos, China, que pensam só no aspecto econômico, e o ser humano, a questão social e ambiental ficam em segundo plano.

Temos alguns exemplos dos efeitos dessa devastação, do desmatamento ambiental no Brasil: a seca no Sul, a seca na Amazônia, o Cerrado e a Mata Atlântica, que continuam sendo devastados. Por isso, esse projeto, para nós, promove desmatamento e não sustentabilidade ambiental. Não é um projeto de compensação, não é um projeto que traz sustentabilidade ambiental.

Preocupa-nos, ao discutir a implementação desse projeto, principalmente o ser humano, porque sabemos que o projeto não vai gerar emprego.

Para onde irá o carvão produzido nessa região? As informações são de que o carvão irá para alimentar os fornos da Vale do Rio Doce.

Somos totalmente contra o projeto. Pedimos aos Srs. Deputados que fiquem atentos, que o analisem bem e se posicionem contra a sua implementação, contra o licenciamento ambiental à JB Carbon nessa região.

Outro ponto: sabemos que há na área um parque de preservação permanente. Desculpe-me o Prefeito que disse que sou da CONTAG do Espírito Santo, não sou da região. Conversei com centenas de pessoas. Lá há mais de mil famílias de agricultores familiares que não são alienígenas, são pessoas que moram lá há muito tempo, acredito até mais do que o Prefeito, conhecem a realidade há muito mais tempo que o Prefeito, e são trabalhadores que estão preocupados com a implementação desse projeto. E o que estamos solicitando à Comissão é que a área possa, sim, ser transformada em unidade de conservação de uso sustentável, mas por quem lá mora, vive e trabalha há dezenas, centenas de anos, mais de mil agricultores e agricultoras familiares — há mais de 3.000, 4.000 famílias no Entorno da região.

Srs. Deputados membros desta Comissão, também nos preocupa a precarização das relações de trabalho na região. A implementação desse projeto, no que diz respeito à produção de carvão, vai provocar a precariedade das relações de trabalho porque trabalhadores virão de outras regiões, de outros Estados. Não é possível a fiscalização, pelo Governo, do cumprimento das normas trabalhistas nessa área rural.

Somos contra a implementação do projeto e gostaríamos que esta Comissão analisasse muito bem o assunto. Gostaríamos que o ser humano fosse o centro dessa discussão, mas percebemos que não o é. O que está no centro dessa discussão é a questão econômica. Por causa dela, não pensam em nada, querem desmatar a região a qualquer custo.

O Governador do Estado e os Prefeitos da região deveriam pensar em um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável, considerando principalmente as famílias que lá vivem há dezenas de anos, algumas delas há mais de 100 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Obrigado.

Passo a palavra, por 5 minutos, ao Presidente do FUNCERRADO — Fundação dos Cerrados do Piauí para expor a sua posição. Fixo esse tempo para termos uma variedade mais rica de opiniões.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO NETO - Bom dia. Sou Presidente da Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado, que tem sede em Bom Jesus, Piauí, Município do qual Serra Vermelha faz parte.

Solidarizo-me com o Dr. Moacir da Rocha Amorim, Prefeito de Redenção. Esse projeto foi estudado pelo IBAMA, pela Secretaria do Meio Ambiente, pelo Ministério do Meio Ambiente, por uma Comissão de Deputados Estaduais que representa o sul do Piauí, que lá estiveram, vistoriaram a área e produziram o relatório que aí está. Pessoas que nem conhecem o sul do Piauí, que não conhecem a realidade daquele povo, afirmam que 4 mil famílias moram na Serra Vermelha, onde, na verdade, não existe um pé de cristão. Quem tem de discutir Serra Vermelha é a população do sul do Piauí, que tem hoje aproximadamente 1 milhão de habitantes.

E está discutindo o assunto o meu querido amigo Prof. Soares, candidato a Deputado Federal pelo PMDB na última eleição — eu votei nele —, cuja representação foi de 601 votos (isso está no *site*) e está aqui querendo discutir o destino de uma região. Quem tem que discutir o destino da região são seus representantes, são os Prefeitos e os Deputados, as ONGs da região. Noventa por cento dos que estão discutindo o projeto, como foram discutir no Rio Grande do Sul, nem por mapa conhecem Serra Vermelha. Nós é que sabemos a realidade do povo da região. Dizer que há 4.000 famílias no entorno da região é o mesmo que mostrar a barriguda que foi mostrada aí — perdoem-me, barriguda lá é menina com lombrigas, não existe. A realidade é essa. Chega de falácia, chega de mentira,

chega de querer prejudicar o Estado do Piauí. O povo do Piauí, o sul do Piauí, o futuro Estado do Gurguéia não aceita isso.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Obrigado. Passo a palavra, pelo tempo de 10 minutos, ao Sr. João Batista Fernandes, Presidente da JB Carbon, titular do empreendimento que estamos discutindo.

O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES - Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, senhoras e senhores, gostaria de começar minha fala dando algumas explicações sobre o que foi dito aqui pelo Prof. Soares com relação à insistência em chamar o Projeto de Manejo Energia Verde de desmatamento.

Como o Prof. Sérgio Tavares explicou, e acho que deu para entendermos, desmatamento era o objeto da primeira licença, nessa região, que foi concedida pelo IBAMA, uma licença de desmatamento para uso alternativo do solo, para plantar soja, o que foi autorizado, ocasião em que fomos chamados a Brasília pelo Ministério do Meio Ambiente para transformar o projeto de plantio de grãos em projeto de manejo florestal sustentável.

Levou-se um ano e algum tempo para preparar esse projeto, para chamar pessoas qualificadas, profissionais qualificados para fechar esse projeto. Inclusive o Prof. Sérgio Tavares foi chamado para assessorar na parte botânica, entre outros.

Esse projeto foi feito com todo o cuidado, inclusive com um grupo de estudos do IBAMA, com o IBAMA Nacional, aqui de Brasília, profissionais que fizeram um grande serviço. Ficamos muito tristes que as pessoas o continuem chamando, mesmo depois de sua aprovação, de projeto de desmatamento.

Com relação à aplicação da biomassa, gostaria de dizer aos senhores que inicialmente o resultado desse manejo foi aproveitado para carbonização. Contrariamente ao que o Prof. Francisco Soares disse, 30% vira carvão e o resto, CO² e outras coisas mais.

Então, vejam bem: para uma madeira ser transformada em carvão, ser carbonizada, tem que se tirar dela toda a parte líquida, toda a umidade. A fumaça que se vê saindo é a umidade em forma, logicamente, de vapor. E é evidente que sai também CO². Só que o material que fica dentro dos fornos, que é o material a ser comercializado, o carvão, tem que ter, no mínimo, 70% de carbono fixo. Ou seja, se nesse processo de carbonização sair mais de 30% do que entrou, ele não serve para ser comercializado. É um indicativo de que aproveitamos 70% do que se

colocou ali dentro. E do restante dos 30% tem que se abater a umidade, que vai em volta de 20% a 23%. O restante, sim, ele tem razão, sai como CO², diferentemente do desmatamento, no qual 100% seria queimado a céu aberto, como é autorizado em todo o País. Isso não é privilégio da JB Carbon. Qualquer empresa, qualquer proprietário, qualquer posseiro que requeira uma licença de desmatamento é autorizado a queimar 100% de todo o material que ele retira, inclusive as raízes. Coisa que não acontece nem de perto no nosso projeto.

Mais à frente ele se referiu ao número de fornos. Eu também gostaria de dizer que essa biomassa destinada a carvão, no início do projeto, que é um projeto *ad aeternum*, estavam sendo usada, sim, nesses fornos. Mas o projeto foi preparado para produção de energia elétrica e não de carvão. Inicialmente estava sendo feito carvão porque, como vocês sabem, uma termoelétrica demora a ser construída. Tem licença etc., etc. Tudo já está sendo providenciado.

O Projeto Energia Verde é para produção de energia elétrica. São 100 megawatts/hora. Para os senhores terem uma idéia, dá para iluminar metade do Estado do Piauí. Isso é energia sustentável. O corte é feito, 13 anos depois volta-se ali e encontra-se a biodiversidade conservada. A Ministra teve oportunidade de fazer uma visita ao projeto na época e nos parabenizou, porque era o que ela queria, ou seja, crescimento sustentável. E é isso que estamos fazendo lá, tirando proveito da mata, sim, mas em bases sustentáveis, em manejo, conservando a biodiversidade, com brigadas de incêndio, com comissão de pessoas para fazer monitoramento de fauna, com todo o cuidado possível.

O Dr. Francisco foi convidado várias vezes para visitar o projeto — e eu nunca tive o prazer de recebê-lo —, para ver o que é o Projeto Energia Verde. Já assinamos documentos com vários municípios para criar escolas; acertamos com o Município de Curimatá e de Redenção a construção de hospitais e de escolas, enfim, todo um trabalho voltado para a sociedade local. Disso ninguém fala, isso ninguém vai ver.

O Dr. Neto veio aqui e disse há poucos minutos que eu desafiei o Dr. Francisco e qualquer outro profissional a encontrar uma só barriguda, um só pequizeiro, uma só aroeira lá no projeto. Não existe esse tipo de vegetação no Projeto Energia Verde. Não existe uma só árvore dessas espécies. Todo mundo está dizendo que pode existir no caso da Mata Atlântica. Pode existir, sim, mas na

Área de Preservação Ambiental, nas APPs. Dentro do nosso projeto no Chapadão não existe nenhuma árvore e nem fauna que caracterize Mata Atlântica.

Gostaria de pedir mais uma vez ao Dr. Francisco que, acompanhado da sua equipe e de técnicos, visite o Projeto Energia Verde, porque será para nós um prazer. A Universidade Federal do Piauí já nos visitou 2 ou 3 vezes levando alunos, utilizando-se do projeto como um laboratório a céu aberto, e mudou completamente os seus pensamentos em relação ao projeto. Então, eu gostaria que ele fosse lá e outras pessoas também. O projeto está aberto para qualquer tipo de visita, para que as pessoas vejam que o Projeto Energia Verde é de manejo florestal sustentável e não um desmatamento, como vem sendo veiculado em alguns órgãos dos meios comunicação.

Se hoje o projeto é um projeto de manejo, foi a pedido do Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Tarso Azevedo e outros funcionários da época me chamaram a Brasília, ao Ministério do Meio Ambiente para que fosse trocado o meu projeto. Se tivéssemos terminado a execução do desmatamento, que já havia sido começada, hoje estaríamos plantando soja, milho e arroz, como centenas de fazendeiros estão fazendo no Cerrado e ninguém fala nada; hoje não estaríamos aqui discutindo o Projeto Energia Verde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Obrigado, Sr. João Batista Fernandes.

Passo a palavra aos 2 representantes do IBAMA, mas fazendo um apelo: já que são 2 e nós temos um prazo de 10 minutos para cada instituição, solicito que dividam o tempo entre si, ficando 5 minutos para cada. Evidentemente, não precisa ser tão rígido, pode ser 6 minutos para um e 4 minutos para o outro.

O SR. WIGOLD B. SHAFFER - Sr. Presidente, Exmo. Sr. Deputado Fernando Gabeira, senhores membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, eu queria que fosse projetado o material que preparei.

(Segue exibição de imagens.)

Inicialmente, friso que o Ministério do Meio Ambiente já anunciou oficialmente no CONAMA que está finalizando os Estados de toda a região do complexo Serra Vermelha, Chapadão do Guaribas e entorno do Parque Nacional da Serra das Confusões, para transformá-la numa unidade de conservação, mas com todo o cuidado, inclusive, sobre a questão levantada aqui pela CONTAG a respeito das

comunidades do entorno, analisando a melhor possibilidade. E nesta semana tem uma equipe do Ministério, do Instituto Chico Mendes, na região complementando os estudos que o IBAMA fez no ano passado.

Algumas imagens da região já foram mostradas. Eu vou inicialmente explicar a região que o Ministério e o Instituto Chico Mendes, com o apoio do IBAMA, estão estudando.

A linha amarela já é uma proposta de criação de unidade de conservação, no caso a ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões, elaborada preliminarmente pelo IBAMA. Inclusive já houve 2 consultas públicas sobre isso no final do ano passado e esse estudo está sendo complementado em função de demandas que vêm de instituições locais — CONTAG, FURPA —, instituições de ensino e pesquisa, que pediram que se analisasse a possibilidade de se criar um parque nacional na Serra Vermelha, como também sugere a moção aprovada pelo CONAMA em março do ano passado. Então, toda essa região já passou por estudos e esses estudos estão sendo complementados.

Essa região toda é considerada de extrema importância ecológica e algumas áreas são insuficientemente conhecidas. Em função disso, estamos complementando os estudos. Essas áreas prioritárias de extrema importância são reconhecidas pelo Decreto nº 5.092, de 2004, um decreto federal, e isso é um dos elementos que leva a Ministra, o Ministério do Meio Ambiente a estudar essa região para transformá-la numa área de proteção permanente em forma de unidade de conservação.

Essa é a vista geral da Serra Vermelha, fotos obtidas nos dias 2 e 6 de agosto deste ano.

Há aspectos cênicos e geológicos impressionantes que condizem com a condição de se criar um parque nacional, como prevê a lei do SNUC.

Há grande diversidade de ambientes e encontro de ecossistemas. Nós temos nos baixões, na chapada, nos encontros, vegetação de cerrado, vegetação de caatinga, vegetação de floresta estacional decidual, assim classificada pelo IBGE, que é o órgão oficial no Brasil que classifica vegetação. Inclusive isso está na lei. Nós do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA somos obrigados a cumprir o que está na lei. Quem classifica a vegetação na região e no Brasil inteiro é o IBGE, e ele classifica essa região como ecótono com várias tipologias diferentes, inclusive áreas

com vegetação campestre, áreas com árvores altas e outras com cerrados, caatinga e vegetação estacional decidual.

Aqui é uma amostra de um aspecto de transição de vegetação estacional decidual e cerrado. Em cima da chapada há vegetação estacional e, na transição, descendo o morro, vegetação de cerrado, segundo a classificação do IBGE.

A biodiversidade na região. Essas são fotos obtidas nas encostas: aroeira, ipê amarelo, uma série de espécies de fauna, pegada de onça. São fotos recentes.

Algumas espécies relictuais que são consideradas endêmicas da região. Alguns aspectos também da vegetação na Chapada, com as transições para as encostas, mostrando que a vegetação está parcialmente verde nessa época do ano, o que caracteriza vegetação estacional, segundo o IBGE.

Problemas encontrados na região da Serra Vermelha. Eu não estou falando aqui exclusivamente da área do Projeto Energia Verde. Estou falando do Complexo Serra Vermelha, Chapadão do Guaribas e arredores. Essa foto foi obtida dentro da área do Projeto Energia Verde no dia 2 de agosto: tamanduá bandeira, espécie ameaçada de extinção, abatido por caçadores e tamanduá mirim também abatido por caçadores. Encontramos vários acampamentos de caçadores no dia 2 de agosto.

Cotias sendo defumadas no momento em que a fiscalização do IBAMA passou pelo local. Os caçadores haviam se evadido, mas a caça ainda estava lá. É uma região que está muito próxima ou dentro da região de desertificação. Gilbués está relativamente próximo dali; Curimatá, Corrente, são municípios onde já há problemas de erosão parecidos com o de Gilbués. É uma região de solo frágil, extremamente árida, com absoluta carência de recursos hídricos.

Aqui, já muito próximo do Chapadão da Serra Vermelha, áreas começando com erosão e desertificação — fotografadas agora.

Severa carência de chuva e recursos hídricos. A foto de cima é de Gilbués, as de baixo são da região de Corrente. Nenhum rio do lado leste da Chapada tem água de forma perene. Todos os rios, nesta época do ano, estão secos.

O Rio Gurguéia, que é o principal rio da região, está com pouquíssima água nessa época do ano. Várias nascentes estão ao sul da Chapada da Serra Vermelha, que certamente funciona como receptora de água para alimentar esses poucos rios perenes que existem na região.

Do ponto de vista do Ministério, a criação de um parque nacional poderá, sim, beneficiar as comunidades do entorno por meio do incremento do ecoturismo e a venda de produtos artesanais de diversas formas.

Essa foto à direita, em cima, mostra, na região da Serra da Capivara, a cerâmica que hoje é exportada para a Europa.

Essa região é vizinha da Cidade de Guaribas, uma das cidades-símbolo do Programa Fome Zero. São visíveis as melhorias em virtude do programa, como calçamento de ruas, caixa d'água e urbanização da praça da cidade. É uma cidade que está ao pé da Chapada. Ao fundo podem ser vistas as belezas cênicas da Serra. É uma cidade com carência de geração de emprego, que poderia ser beneficiada com o ecoturismo com a criação de um parque na região, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes estão finalizando os estudos, que deverão ser concluídos nos próximos 60 dias.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Comunico às Sras. e aos Srs. Deputados e aos que participam desta audiência pública que começou a Ordem do Dia. Pelas regras do jogo, teria que encerrar imediatamente a audiência pública, mas vou ouvir o último orador. Se os Deputados quiserem fazer alguma intervenção, vamos segurar a reunião até o momento em que pudermos. Mas chegará o momento em que teremos que encerrar a audiência pública.

Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao Sr. Antônio Carlos Hummel, Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL - Sr. Presidente, farei 2 registros.

O Sr. Wigold Schaffer, representante do Ministério do Meio Ambiente, disse muito bem que existe uma decisão técnica de continuar com os estudos para a criação de uma unidade de conservação naquela região da Chapada da Serra Vermelha. É uma decisão já tomada. Há equipes estudando aquela região para delimitar a criação dessa unidade de conservação. Isso tem que ficar bastante claro.

Outro assunto que deve ficar bastante claro é que o empreendimento está suspenso, não há atividade naquela área. O Sr. Wigold Schaffer esteve lá em agosto e isso foi constatado, ou seja, não há operação. Esse processo foi suspenso por ato administrativo de minha autoria.

O fundamental de toda essa polêmica, dessa discussão toda é primeiro mostrar que existe um completo desconhecimento das técnicas de manejo florestal. Há um completo desconhecimento dos próprios trabalhos sobre manejo florestal que precisam ser realizados na Caatinga.

Quinze dias atrás, tive oportunidade de acompanhar, pela primeira vez no Brasil, um manejo florestal que está no segundo ciclo de corte. As pesquisas feitas nos últimos 20, 30 anos em relação a manejo florestal na Caatinga mostram indicativos bastante fortes de que a dinâmica de regeneração de floresta não tem nada a ver com a dinâmica de regeneração de floresta quando falamos em manejo florestal para a Amazônia. Isso causa muita confusão.

Esta audiência pública resgata algo importante: é necessário discutirmos as técnicas de manejo florestal para a Caatinga e mostrar para a sociedade o que está sendo pesquisado. Isso traz também a realidade que conhecemos, bastante forte, de que o manejo sustentado da Caatinga, nas técnicas que estão sendo testadas, é fundamental para a matriz energética do Nordeste. Quem conhece os pólos gesso e cerâmico do Nordeste sabe que o seu abastecimento energético florestal depende fundamentalmente da Caatinga. E como a Caatinga está sendo utilizada?

Outro fato importante: quando falamos em uma técnica de talhadia, corte raso, se é para produção de alimentos, as pessoas vêm com bons olhos; se dizemos que é para manejo florestal, levam um susto. Isso acontece muito mais pela falta de os órgãos competentes mostrarem como pode ser manejada a Caatinga. E algo interessante no Nordeste é que o manejo florestal, legalmente, não pode ser realizado na reserva legal, ao contrário do que acontece na região amazônica, ou seja, é um manejo que será realizado nas áreas de uso alternativo do solo.

Para finalizar, em relação a toda essa questão técnica do plano de manejo, estamos revendo a instrução normativa que regulamenta manejo florestal para a Caatinga. Ao contrário do que foi dito hoje, para a Amazônia temos, talvez, para floresta tropical, no mundo, o conjunto de normas mais interessante; temos manuais técnicos, temos instruções normativas do Ministério do Meio Ambiente, temos um conjunto de normas muito forte. O que estamos fazendo para a Caatinga a partir do dia 13 de setembro é uma agenda na qual toda a legislação sobre o manejo da Caatinga será revisto. Iremos também rever os critérios exigidos para concessões de autorização de desmatamento na Caatinga. Hoje, na legislação, é muito mais simples a autoridade administrativa local, seja do IBAMA ou do Estado, dar uma

autorização de desmatamento para corte raso, fogo ou encoivamento do que aprovar um plano de manejo florestal.

Essa matéria está na nossa agenda; está também a criação de uma UC, a revisão da questão da norma sobre manejo florestal na Caatinga, mas não podemos, com essa polêmica, perder a perspectiva de que a utilização de energéticos florestais no Nordeste é fundamental para consolidarmos o manejo florestal da Caatinga, senão irá acontecer o que ocorre hoje: corte raso, seja em assentamento, pequeno ou grande, queimando tudo. Temos um índice de ilegalidade muito grande nessa exploração, em torno de 90% do energético florestal — estou tirando o de uso doméstico, que não dá para contabilizar; o que chega aos médios e grandes consumidores de lenha do Nordeste vem da Caatinga. E não é manejo florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Infelizmente o Presidente acaba de determinar que eu encerre a reunião porque começou uma votação nominal da qual os Deputados têm de participar.

Dessa reunião tiramos, talvez, a necessidade de criamos uma Comissão para visitar a região. Vou encaminhar essa proposta na próxima reunião: criação de uma Comissão e também o início de um debate no Parlamento sobre uma lei de manejo, quer dizer, como podemos regular por lei o manejo nos diversos ecossistemas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL - E visitar uma área sob manejo há mais de 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Gabeira) - Exatamente, isso será fundamental para o projeto. Então, tiramos essa contribuição dessa audiência pública. Infelizmente poderíamos ficar aqui até mais tarde, mas as determinações são do Presidente, e eu tenho que guardar minha rebeldia para outros momentos.

Está encerrada a reunião.